

Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos

(1ª Comissão Permanente Municipal)

ACTA n.º 05

Aos **treze dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e catorze**, pelas 19H00, reuniu a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, estando presentes os Sr.s Deputados Municipais como indicados na Lista de Presenças abaixo transcrita:

- Irene Lopes – Presidente (PS)
- João de Magalhães Pereira – Secretário (PSD)
- Rui Paulo Figueiredo (PS)
- Hugo Xambre (PS)
- Hugo Lobo (PS)
- Patrocínia César (PS)
- Rute Lima (PS)
- Diogo Campos Rodrigues (PS)
- Pedro Cegonho (PS)
- José Roque Alexandre (PS)
- Luís Newton (PSD)
- Rosa Maria Carvalho da Silva (PSD)
- Sérgio de Azevedo (PSD)
- Carlos da Silva Santos (PCP)
- José Casimiro (BE)
- Maria Luísa Aldim (CDS-PP)
- Floresbela Pinto (Ind.^{te} e. p. l. PS)

Não estiveram presentes os Sr.s Deputados Miguel Tiago (PCP) e José Manuel Moreno (PNPN)

----- A Reunião foi convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1 – Aprovação das Actas das Reuniões anteriores.

Ponto 2 – Emissão de **Parecer** sobre o Processo de Transferência de Recursos Humanos da CML para as Juntas de Freguesia, no âmbito da Reforma Administrativa de Lisboa – Proposta n.º 916/2013

A Sr.^a Presidente da Comissão deu início aos trabalhos, colocando à votação as Actas n.ºs 03 e 04 e solicitando a opinião dos membros da Comissão quanto à metodologia futura de apreciação das Actas, de forma a agilizar o processo. As Actas em apreço foram aprovadas pela unanimidade dos presentes, ficando definido que o Sr. Secretário procederá ao envio por correio electrónico dos projectos de Acta, para qualquer possível alteração ou acréscimo por parte das/os Sr.^{as}/Sr.s Deputadas/os, entendendo-se aprovadas após 2 (dois) dias úteis, sujeitas a posterior e eventual ratificação. -----

Seguindo para o Ponto 2 da Ordem de Trabalhos a Sr.^a Presidente relevou que a Convocatória incluía a informação que o Parecer seria elaborado pelo Sr. Deputado Sérgio Azevedo e remetido aos membros da Comissão nos dias anteriores à presente Reunião, sendo confirmado pelos presentes a recepção do referido documento. -----

Interveio então o Sr. Deputado Magalhães Pereira salientando a qualidade e profundidade do Parecer produzido, reflectindo com fidelidade as posições e opiniões veiculadas pelos intervenientes nas sessões anteriores e sistematizando claramente as questões, prestando assim um excelente serviço à cidade de Lisboa. -----

O Sr. Deputado Rui Paulo Figueiredo apresentou uma nota inicial de saudação e congratulação ao Relator pelo trabalho efectuado, assim como pela celeridade e qualidade intrínseca, representando um relevante contributo para, em conjunto com o Parecer da 5.^a Comissão Permanente Municipal, se apresentar à Câmara uma Recomendação de integração nas Propostas n.ºs 915 e 916/2013 de um conjunto de alterações e elementos complementares que as enriquecem e clarificam, permitindo assim a sua devolução e subsequente apreciação pela Assembleia Municipal. Haverá tempo, acrescentou, para em melhor prazo se verificar da consistência de eventual modificação no âmbito da definição de algumas áreas estruturantes. O trabalho efectuado nas Comissões representou um importante impulso ao diálogo com as Freguesias e Sindicatos, com um acervo de questões e recomendações transversais que foi claramente positivo, sendo certo que só com todos os actores a cumprir cabalmente o seu papel, poderá esta importante reforma ser o sucesso que se deseja. Sugeriu portanto a apresentação de Recomendações da Assembleia Municipal relativamente a ambos os Relatórios, sendo o conjunto das Propostas, já integrando estes contributos,

apreciado na sessão do próximo dia 21JAN, assim fortalecendo a posição da Assembleia Municipal. -----

O Sr. Deputado Silva Santos exprimiu seguidamente a sua opinião que a sequência de acontecimentos deu razão às posições do seu Agrupamento Municipal, nomeadamente na necessidade de ser preciso mais tempo e não haver precipitações, de forma a salvaguardar os trabalhadores da Câmara e das Freguesias. Concorde por outro lado não dever introduzir-se entropia na reunião de 14JAN, devendo todo o assunto ser debatido na sessão já marcada para o dia 21JAN. Considera o Parecer da 5ª Comissão Permanente Municipal mais alargado e contendo um maior grupo de sugestões, sendo porém o desta Comissão mais sintético e abrangente, definindo o que é necessário para um processo bem feito. Foram entretanto postas em causa muitas certezas, concluiu, devendo ocorrer maior diálogo para se chegar à melhor solução. -----

o Sr. Deputado José Casimiro, declarou ser-lhe evidente que o Parecer da 5ª Comissão Permanente Municipal transmite uma visão mais ampla do processo de desconcentração porque inclui as complexidades anotadas pelas freguesias. Disse também esperar que ocorram ainda análises aprofundadas e maior diálogo com a Câmara e que tudo contribua para reduzir as preocupações manifestadas pelos Presidentes de Junta. As verbas de Delegação de Competências passaram de cerca de 24 M€ para apx. 68 M€, mas a manta parece demasiado pequena para o que já se vê ir ser necessário. A redacção do Parecer em apreço, cruza a Proposta com a Lei aplicável, mas faltará a cativação dos postos de trabalho no Mapa de Pessoal. Propõe assim o Sr. Deputado que se acrescentem à Parte IV – Parecer, os seguintes pontos: (i) *5. Alguns agrupamentos políticos ressaltaram a importância dos direitos, garantias e segurança no emprego. Consideraram que os trabalhadores deveriam transitar para as juntas, mantendo o vínculo do seu lugar de origem na CML, ou seja num sistema de mobilidade interna estando sempre assegurado o seu retorno ao “mapa de pessoal” da CML;* (ii) *6. Esta segurança no emprego e vínculo procura assegurar a não colocação dos trabalhadores num regime de “mobilidade especial” ou “requalificação”.* -----

Os Sr.s Deputados Sérgio Azevedo e Rui Figueiredo, fizeram sucessivamente notar que, pela forma do texto proposto e natureza do que nele se exprime, deveria, a ser aceite pelos membros da Comissão o acrescentamento desses pontos, ficar incluído na Parte II – Considerandos, para não revestir forma de conclusão o que se apresenta como opinião. -----

Sugeriu ainda o Sr. Deputado Rui Figueiredo ao Sr. Deputado José Casimiro, se este assim o entender, a apresentação de uma Recomendação à Câmara Municipal, repudiando qualquer solução que venha a resultar na passagem à situação de mobilidade especial/requalificação de trabalhador/es municipais, por razões ligadas a este processo de descentralização administrativa. -----

Posto à votação pela Sr.ª Presidente o acrescentamento do texto proposto pelo Sr. Deputado José Casimiro ao Parecer em apreço, nos termos aceites pelo Sr.

Deputado-Relator, foi o mesmo aprovado por maioria, com Voto Contra do Sr. Deputado José Casimiro, em nome do seu Agrupamento Municipal. -----

E nada mais havendo a tratar na ocasião, procedeu a Sr.^a Presidente ao encerramento dos trabalhos, pelas 21H00.

A Presidente da Comissão

O Secretário da Comissão

Maria Irene Lopes

João Magalhães Pereira